**PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**
*Gabinete da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade*

*Ofº nº 2101/SEAPI –12 Outubro 2011*

Exma. Senhora
Secretária-Geral da
Assembleia da República
Conselheira Adelina Sá Carvalho

| S/referência | S/comunicação de | N/referência | Data |
|---|---|---|---|

**ASSUNTO:** **RESPOSTA À PERGUNTA N.º 632/XII/1.ª**

Encarrega-me a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade de enviar cópia do ofício n.º 3502 de 12 de Outubro do Gabinete do Senhor Ministro da Economia e do Emprego, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Marina Resende

MO

Palácio de S. Bento - 1249-068 Lisboa - PORTUGAL * Telef: + 351 21 392 05 00 Fax: + 351 21 392 05 15

Gabinete da Secretária de Estado
dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade
Entrada n.º 1917
Data: 12-10-2011

3502

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO**

**Gabinete do Ministro**

Ex.ma Senhora
Chefe do Gabinete da
Secretária de Estado dos Assuntos
Parlamentares e da Igualdade
Dra. Marina Resende

| S/referência | S/comunicação de | N/referência |
|---|---|---|
| Ofºn.º 1406/SEAPI–15.09.2011 | | |

12 OUT. 2011

**Assunto: Resposta à pergunta n.º 632/XII/1.ª de 15 de Setembro de 2011 – Exploração de feldespato na Serra de Monchique (Algarve)**

Na sequência do ofício supra identificado e em resposta à pergunta n.º 632/XII/1.ª, de 15 de Setembro de 2011, do Senhor Deputado Paulo Sá, do Partido Comunista Português, encarrega-me Sua Excelência o Ministro da Economia e do Emprego de, relativamente às questões colocadas, que se referem às suas competências em razão da matéria, transmitir o seguinte:

1. No âmbito das consultas públicas realizadas deram entrada, tal como referido na pergunta do Senhor Deputado, mais de duas mil assinaturas, distribuídas entre abaixo assinados, reclamações individuais e algumas reclamações de associações ambientais.
2. O sentido tendencial das reclamações vai contra a atribuição de áreas de prospecção e pesquisa na Serra de Monchique.
3. No que respeita aos pareceres emitidos a propósito desta acção, deve salientar-se que, apesar de na fase de atribuição de áreas de prospecção e pesquisa de depósitos minerais não haver lugar a pedido de pareceres, uma vez que os trabalhos não têm qualquer efeito negativo sobre o ambiente (levantamento e sistematização do conhecimento existente; interpretação geológica e geofísica dos elementos existentes e determinação de locais para sondagens e recolha de amostras; pesquisa realizando sondagens e, ou, sanjas complementadas com os necessários ensaios químicos, mineralógicos ou tecnológicos; cálculos de reservas e estudos de viabilidade económica), a Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG) tem levado a cabo um procedimento de consulta às entidades competentes do Ambiente e ao respectivo Município.

Rua da Horta Seca, 15 1200-221 Lisboa Telef: +351 21 324 54 00 Fax: +351 21 324 54 20 www.min-economia.pt

4. No caso presente, foram consultados o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICBN) através do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas – Sul e a Câmara Municipal de Monchique.

5. O ICNB emitiu parecer favorável em 14 de Agosto de 2011, recebido na DGEG em 19 de Setembro de 2011 do seguinte teor:

   *"Solicitamos que o requerente seja informado que deverá minimizar o impacto das suas actividades no terreno, através da utilização de equipamento portátil de pequenas dimensões; de atender que as viaturas de apoio circulem só nos trilhos existentes; o material removido devido à prospecção deverá ser reposto no local; e, acautelar o derrame de óleos na utilização de veículos de transporte bem como qualquer fonte de ignição, ser acompanhada das devidas normas de segurança".*

6. Quanto ao Município de Monchique, informou, em 29 de Agosto de 2011, que havia sido tomada uma deliberação por unanimidade, em reunião do dia 3 de Maio de 2011, após análise por parte dos vários serviços daquela Autarquia, nos termos da qual se concluíra no seguinte sentido:

   *"- A área em causa encontra-se inserida na Rede Natura 2000, em Espaço Florestal, a parte norte na Reserva Ecológica Nacional e com algumas zonas na Reserva Agrícola Nacional. (Anexo A, B, C e D)*

   *- As duas áreas de potencial extracção de Sienito Nefelínico estão inseridas na área identificada.*

   *- Será importante referir igualmente que grande parte da área está inserida na área de protecção ao aglomerado urbano da Fornalha, à instalação de pedreiras;*

   *- Deverá ter-se em consideração as captações públicas identificadas por pontos a vermelho e a preto, bem como os respectivos perímetros de protecção identificados a azul na planta que se anexa "E";*

   *- Deverá ter-se em consideração o estabelecido no art.° 12 do Regulamento do PDM de Monchique (Aviso n.° 26493/2008, de 5 de Novembro), sobre as condicionantes decorrentes da protecção de furos de captação de água;*

   *- Terá que se ter igualmente em consideração a existência do reservatório de água que abastece a população de Alferce, cuja localização não consta do PDM, mas que*

*dista cerca de 100 m do limite da área em questão e está assinalada na planta anexa "F";*

*- Importa salientar que para além dos riscos associados à provável interferência com os recursos hídricos subterrâneos, há que ter em consideração os impactos extremamente negativos que a exploração mineira pode ter nas captações e nos reservatórios de água, designadamente poeiras e vibrações."*

7. Em suma, as duas entidades consultadas – em pareceres que chegaram via DGEG, respectivamente em 14 e 29 de Agosto de 2011 – emitiram pareceres no sentido de que, com as necessárias cautelas relativamente às questões evidenciadas, os trabalhos de prospecção e pesquisa podem vir a ter lugar.

8. Pese embora ainda não tenha sido efectuado nenhum estudo exaustivo sobre o potencial económico das ocorrências de recursos geológicos da Serra de Monchique, o conhecimento que hoje existe já é confirmativo do elevado valor dos recursos existentes no concelho.

9. Os recursos hoje em exploração na Serra de Monchique são o sienito nefelínico para fins ornamentais, com três pedreiras, duas situadas à "entrada" da vila junto à estrada e uma outra mais desviada da estrada.

10. Esta rocha ornamental é apreciada em todo o mundo e caso Portugal explorasse dez vezes mais quantidade teria toda a produção vendida, sempre a preços significativamente acima dos preços médios praticados para os granitos.

11. Sublinha-se, por outro lado, que o desperdício resultante destas três pedreiras, para além de ir para a indústria da construção civil e obras públicas, tem abastecido, nos últimos anos, a indústria de cerâmica nacional para onde é vendido como fundente, substituindo muito positivamente os feldspatos propriamente ditos.

12. De notar que os pedidos de prospecção e pesquisa em avaliação na DGEG, que têm motivado as reclamações, têm como objectivo tentar localizar sienitos mais brancos, isto é, em que a percentagem de ferro seja menor e a da alumina muito maior, de modo a poder ser utilizada em cerâmicas de maior valor acrescentado, como é o caso da porcelana.

13. Não podemos deixar de referir que o Estado português é muitas vezes questionado sobre os motivos que levam ao não aproveitamento mais efectivo de um recurso com um potencial económico e social tão elevado, sendo que existem inclusivamente estudos efectuados pela

Universidade do Algarve que referem a possibilidade de existência das chamadas "terras raras", que tanto escasseiam em todo o mundo.

14. Sublinhamos ainda o facto de os pedidos de prospecção em apreciação terem como principal objectivo estudar e aprofundar o conhecimento dos recursos, assegurando que eventuais pedidos de exploração possam ser suportados tendo em consideração os três pilares da sustentabilidade - o económico, o ambiental e o social.

15. Quanto à decisão relativamente à atribuição de direitos de prospecção e pesquisa de depósitos minerais de feldspato, informa-se que não foi ainda tomada qualquer decisão.

16. O Estado português, através da DGEG, encontra-se neste momento a analisar todos os elementos do processo, auscultando e realizando acções de esclarecimento tendo em conta todas as vertentes de sustentabilidade atrás referidas.

17. Neste enquadramento, salienta-se que a DGEG participou, a pedido do Presidente da Assembleia Municipal de Monchique, numa sessão de esclarecimento na sede do concelho, tendo estado presentes sete ou oito dezenas de pessoas, na maioria estrangeiras, onde foram expressas posições contra e a favor do aproveitamento dos recursos referidos.

18. Nota-se que as posições manifestadas serão, naturalmente, tomadas em consideração no âmbito do processo de decisão, ponderando-se os vários interesses em conflito e procurando que a decisão a adoptar seja equilibrada e ajustada às circunstâncias concretas.

19. Quanto à última questão formulada pelo Senhor Deputado, informa-se que a hipótese descrita apenas se coloca no caso de a proposta de actuação relativamente ao pedido de licença para prospecção e pesquisa ter sido positiva.

20. A este propósito salienta-se que os trabalhos efectuados no âmbito dos contratos de prospecção e pesquisa, caso se venham a revelar positivos, permitem ao titular apresentar um pedido de concessão, mas também implicam a obrigatoriedade de apresentação de um Estudo de Impacte Ambiental com Plano de Lavra, independentemente da dimensão da exploração (por estar dentro duma área classificada), estando qualquer decisão de exploração dependente da sua aprovação.

21. De notar que todas as preocupações de ordem técnica e de potencial conflito com terceiros, serão tomadas em consideração no processo de decisão e acauteladas por condicionantes, caso venha a ter lugar uma decisão favorável.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO**

**Gabinete do Ministro**

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete,

Marta Neves

Rua da Horta Seca, 15 1200-221 Lisboa Telef: +351 21 324 54 00 Fax: +351 21 324 54 20 www.min-economia.pt